

Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias

Informática na Educação:

Recursos de Acessibilidade da Comunicação

ORGANIZADORES:

Gabriela Trindade Perry

Eduardo Cardoso

Cínthia Costa Kulpa


UFRGS
EDITORA


SEAD
UFRGS
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitora e Pró-Reitora
de Coordenação Acadêmica

Jane Fraga Tutikian

EDITORA DA UFRGS

Diretor

Alex Niche Teixeira

Conselho Editorial

Álvaro R. C. Merlo

Augusto Jaeger Junior

Enio Passiani

José Rivair Macedo

Lia Levy

Márcia Ivana de Lima e Silva

Naira Maria Balzaretto

Paulo César Ribeiro Gomes

Rafael Brunhara

Tania D. M. Salgado

Alex Niche Teixeira, presidente

Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias

Informática na Educação:

Recursos de Acessibilidade da Comunicação

ORGANIZADORES:

Gabriela Trindade Perry

Eduardo Cardoso

Cínthia Costa Kulpa



© dos autores
1.ª edição: 2019

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Coordenação da Série:
Laura Wunsch, Cíntia Kulpa, Tanara Forte Furtado e Marcello Ferreira

Coordenação da Editoração: Cíntia Kulpa e Ely Petry
Revisão: Equipe de Revisão da SEAD
Capa: Bruno Assis e Tábata Costa
Editoração eletrônica: Bruno Assis e Tábata Costa

A grafia desta obra foi atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 1º de janeiro de 2009.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.



I43 Informática na educação: recursos de acessibilidade da comunicação [recurso eletrônico] / organizadores Gabriela Trindade Perry, Eduardo Cardoso [e] Cíntia Costa Kulpa ; coordenado pela SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019.
263 p. : pdf

(Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias)

Inclui referências.

1. Educação. 2. Informática na Educação. 3. Educação a distância. 4. Acessibilidade. 5. Ambiente virtual de aprendizagem. 6. Comunicação. 7. Livros infantis – Design. I. Perry, Gabriela Trindade. II. Cardoso, Eduardo. III. Kulpa, Cíntia Costa. IV. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Secretaria de Educação a Distância. V. Série.

CDU 37: 681.3

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0513-3

Os Desafios para a Superação das Barreiras Atitudinais na Educação Escolar: Estudo de Caso com Alunos de um Colégio Público

MELO, Jorge Nazareno Batista;
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
jorge_cmpa@yahoo.com.br

DE LIMA, José Valdeni;
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
valdeni@inf.ufrgs.br

CARDOSO, Eduardo;
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
eduardo.cardoso@ufrgs.br

RESUMO

No cenário da educação, a legislação brasileira assegura direitos a todas as pessoas com deficiência para serem incluídas nos sistemas educacionais em todos os níveis, a fim de alcançarem o pleno desenvolvimento das suas capacidades. O presente estudo tem como objetivo discutir e analisar as barreiras atitudinais que são enfrentadas na tentativa da inclusão de alunos no Processo Ensino-Aprendizagem na Educação Básica. As barreiras atitudinais referem-se a atitudes ou comportamentos que impedem ou prejudicam a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades. Esta pesquisa foi realizada num colégio público federal da cidade de Porto Alegre, que se encontra em processo de implementação da inclusão de alunos com deficiência. Foram realizadas entrevistas com alunos da escola, a fim de verificar fatores relacionados às barreiras atitudinais, discutindo e analisando a compreensão e a aceitação por parte desses alunos frente à possibilidade da convivência com colegas que apresentem necessidades educacionais específicas. Assim, constatou-se que os alunos ainda não estão totalmente conscientes do que seja inclusão no ambiente escolar, além de não compreenderem perfeitamente o que são as barreiras atitudinais. Portanto, é de fundamental importância a realização de campanhas de divulgação e conscientização dos alunos sobre o assunto, bem como o envolvimento de toda a comunidade escolar.

Palavras-chave: Inclusão. Barreiras atitudinais. Escola pública. Desafios.

ABSTRACT

In the education scenario, Brazilian legislation ensures the rights of all persons with disabilities to be included in education systems at all levels in order to achieve the full development of their capacities. The present study aims to discuss and analyze the attitudinal barriers that are faced in the attempt to include students in the teaching-learning process in Basic Education. Attitudinal barriers refer to attitudes or behaviors that prevent or impair the social participation of persons with disabilities on equal conditions and opportunities. The present research was carried out at a federal public college in the city of Porto Alegre, which is in the process of implementing the inclusion of students with disabilities. Interviews were conducted with school students in order to verify factors related to attitudinal barriers, discussing and analyzing the students' understanding and acceptance of the possibility of coexistence with colleagues who present specific educational needs. Thus, it was found that students are not yet fully aware of what is included in the school environment, besides not fully understanding what the attitudinal barriers are. Therefore, it is fundamentally important to carry out publicity and awareness campaigns about the subject, as well as the involvement of the whole school community.

Keywords: Inclusion. Attitudinal barriers. Public school. Challenges.

1 INTRODUÇÃO

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se a todos, entre outros direitos, o direito à igualdade (BRASIL, 1988). Mas antes de ser um preceito legal, constante do artigo 5º da Constituição Federal brasileira, a prevalência da igualdade entre as pessoas deve ser uma convicção consciente em todos os cidadãos e deve, também, ocorrer a todo momento e em todos os ambientes.

Entretanto, ao longo da história, as pessoas que apresentavam qualquer deficiência, caracterizada por algum impedimento de longo prazo de natureza física, mental ou intelectual (BRASIL, 2015), eram discriminadas e impedidas de participarem em igualdade de condições com as demais pessoas e não tinham a oportunidade de inclusão na vida em sociedade.

Segundo Sasaki (2014):

A inclusão é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana – composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos –, com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações. (SASSAKI, 2014, p. 15)

Nesse sentido, a inclusão deveria tornar possível o acesso a todo e qualquer espaço ou atividade desenvolvida, não se limitando apenas à acessibilidade arquitetônica e de ambiente, mas às oportunidades e, principalmente, à aceitação social em todos os ambientes de lazer, cultura, esportes e educação.

Histórica e socialmente as pessoas com deficiência eram vistas como pessoas incapazes, “deficientes” e dependentes. Elas deveriam viver à margem da sociedade e sem oportunidades de se desenvolverem, uma vez que eram muitas vezes caracterizadas como pessoas inválidas, doentes e improdutivas.

É certo que nas últimas décadas, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, muitos avanços ocorreram, a fim de reconhecer a pessoa com deficiência como um cidadão que pode também participar e contribuir, procurando garantir-lhe igualdade de condições de acessibilidade e equiparação de oportunidades.

Nesse contexto, “As pessoas deficientes¹, qualquer que seja a origem, natureza e gravidade de suas deficiências, têm os mesmos direitos fundamentais que seus concidadãos da mesma idade” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, artigo 3º, 1975). Já a Declaração de Cave Hill afirma que todas as barreiras que impeçam a igualdade de oportunidades devem ser removidas (DISABLED PEOPLES’ INTERNATIONAL, 1983).

Além disso, a legislação no Brasil, já no século XXI, alinha-se a tratados e convenções internacionais sobre direitos das pessoas com deficiência, em especial no tema referente à acessibilidade, conforme é possível observar na Promulgação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o seu Protocolo Facultativo (BRASIL, 2009). E, segundo o artigo 53 da Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015), a acessibilidade

1 Termo empregado na época.

é um direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social.

Em especial na área da educação, de acordo com o artigo 27 da Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015), a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. Todavia, as pessoas com deficiência, ainda hoje, têm dificuldade em transitar nas vias públicas, utilizar o transporte público, ter acesso às atividades de lazer, a espetáculos de cultura, bem como frequentar as atividades escolares juntamente com as demais pessoas.

A legislação brasileira, a fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, afirma que o Estado tomará as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e à comunicação, inclusive aos sistemas e às tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural (BRASIL, 2009). Entretanto, apesar dos esforços legais, a acessibilidade parece ainda estar longe de ser alcançada em sua plenitude por todos os cidadãos, com deficiência ou não, a fim de que possam exercer os seus direitos e liberdades individuais.

No âmbito da educação escolar, além das dificuldades e barreiras de locomoção e de acesso à própria instituição escolar, muitas vezes as pessoas com deficiência enfrentam barreiras atitudinais que se impõem durante a tentativa de frequentar a escola, juntamente com os outros alunos. Nesse sentido, Lima e Tavares (2008) apontam que nem o fato de se ter passado a reconhecer os indivíduos com deficiência como pessoas foram suficientes para derrubar barreiras atitudinais, as quais dificultam, e mesmo impedem, o ingresso e a permanência de crianças com deficiência nas escolas.

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo discutir e analisar as barreiras atitudinais que são enfrentadas na tentativa da inclusão de alunos no Processo Ensino-Aprendizagem na Educação Básica escolar. A partir desse estudo, busca-se contribuir para a conscientização da existência de barreiras atitudinais, bem como levantar estratégias para o combate e a superação dessas barreiras na conjuntura da educação escolar.

O presente texto está estruturado em cinco itens e, além da introdução, apresenta o item 2, que aborda o conceito de barreira e suas classificações no contexto das pessoas com deficiência, com ênfase nas características das barreiras atitudinais. O item 3 aborda a metodologia adotada no estudo, apresentando o contexto escolar em que o trabalho foi desenvolvido. Já no item 4, são analisados os dados coletados nas entrevistas realizadas com os agentes participantes do processo de inclusão no ambiente escolar. No item 5, são apresentadas as considerações finais, que apontam as estratégias para o combate e a superação das barreiras atitudinais no cenário da educação escolar.

2 BARREIRAS ATITUDINAIS

No contexto da educação escolar, é comum e desejável que muitas interações sociais ocorram entre os atores do processo ensino-aprendizagem, sobretudo entre os alunos. Nessa convivência, muitas habilidades devem ser trabalhadas, a fim de desenvolver relações de respeito, aceitação, valorização e compreensão das mais variadas formas de diferenças entre os alunos.

Entretanto, as interações sociais são muitas vezes dificultadas pelo surgimento de diversas barreiras que podem obstruir a participação plena e efetiva na educação escolar das pessoas com deficiência em igualdade de condições com os demais alunos. De acordo com a Lei nº 13.146, barreira é qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros (BRASIL, 2015).

Ainda de acordo com a Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015), as barreiras são classificadas em:

1. Barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
2. Barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
3. Barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;

4. Barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;

5. Barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;

6. Barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias.

Todas essas barreiras, com maior ou menor intensidade, influenciam no processo da educação escolar dos alunos com deficiência, tendo consequência direta na aprendizagem e no desempenho desses estudantes. Por isso, em particular, neste estudo vamos enfatizar as barreiras atitudinais referentes ao contexto da educação escolar na Educação Básica, uma vez que, segundo Lima e Tavares (2008), as barreiras atitudinais alicerçam as demais barreiras e estão presentes e enraizadas no cotidiano e no ambiente escolar.

No processo de convivência em sala de aula entre os pares, muitas vezes são realizados julgamentos superficiais a partir da aparência do outro, ou seja, cada aluno julga a capacidade do colega a partir daquilo que vê, sem nenhuma análise mais apropriada e efetiva. No caso dos alunos com deficiência, eles comumente são julgados a partir da deficiência que se apresenta, quando o mais razoável seria avaliar primordialmente a pessoa e suas qualidades.

Apesar das consequências negativas, as quais advêm das barreiras atitudinais que são impostas, nem sempre estas são intencionais ou percebidas (LIMA; TAVARES, 2008). Nesse caso, reside uma das grandes dificuldades que é remover essas barreiras do ambiente escolar, pois existem muitas vezes de forma espontânea e natural e sem a devida consciência de quem as pratica. Sendo assim, não é raro que colegas de um aluno com deficiência não o incluam em atividades escolares, pois acreditam de maneira muito simplista que as pessoas com deficiência são menos capazes e que precisam constantemente de auxílio para realizar as suas tarefas.

Esse contexto corrobora com as diversas barreiras atitudinais presentes no ambiente escolar, conforme apontado por Lima e Tavares (2008), que, entre outras, em relação às pessoas deficientes, apresentam-se por: **ignorância**: desconhecer a potencialidade; **rejeição**: recusar-se a interagir; **percepção de menos-valia**: avaliação depreciativa da capacidade; **inferioridade**: acreditar na impossibilidade de acompanhar os demais; **piedade**: sentir-se pesaroso e ter atitudes protetoras; **exaltação do modelo**: usar a imagem do estudante com deficiência como modelo; **efeito de propagação (ou expansão)**: supor que a deficiência de um aluno afeta negativamente outros sentidos, habilidades ou traços da personalidade de persistência e coragem; **compensação**: acreditar que os alunos com deficiência devem ser compensados de alguma forma; **negação**: desconsiderar as deficiências do aluno como dificuldades na aprendizagem; **adjetivação**: classificar a pessoa com deficiência como “lenta”, “agressiva”, “dócil”, “difícil”, “aluno-problema”, “deficiente mental” etc.; **baixa expectativa**: acreditar que os alunos com deficiência devem

realizar apenas atividades mecânicas, exercícios repetitivos, e prever que o aluno com deficiência não conseguirá interagir numa sala regular; **assistencialismo e superproteção**: impedir que os alunos com deficiência experimentem suas próprias estratégias de aprendizagem, temendo que eles fracassem.

Essas são algumas formas de barreiras atitudinais que afloram no cotidiano e que rotulam as pessoas com deficiência, traduzindo-se em visões distorcidas das reais necessidades, capacidades e potencialidades destas pessoas, tanto na sociedade em geral como no contexto da educação escolar.

As barreiras atitudinais presentes na escola configuram-se através de condutas de separação em relação aos alunos com deficiência e caracterizam-se por ações e omissões. Muitas vezes, alunos praticam atos de segregação, discriminando colegas com deficiência de forma explícita e direta, sem qualquer respeito pela dignidade das pessoas.

Por outro lado, alguns alunos afirmam que não praticam qualquer ação de exclusão ou imposição de barreiras para os colegas com deficiência, mas esses mesmos alunos são incapazes de manifestarem-se contrariamente, omitindo-se diante de atos de discriminação ou separação praticados por outros colegas, que afrontam os direitos e a boa convivência entre os alunos. Assim, é muito comum que alguns colegas se caleem, fingindo não tomar conhecimento diante de situações que expressamente estão contempladas nas ações discriminatórias em relação a alunos com deficiência.

As barreiras atitudinais devem ser combatidas na sua origem, tão logo sejam identificadas, mas para que esse combate seja eficaz, constante e duradouro faz-se necessário que estas barreiras sejam conhecidas e identificadas por todas as pessoas, dentro e fora da escola.

Nesse sentido, Silva (2012) aponta os seguintes componentes da barreira atitudinal:

Componente Cognitivo da Barreira Atitudinal: [...] está relacionado a alguma representação cognitiva negativa de uma pessoa ou grupo de pessoas com deficiência. Tal representação pode estear-se em crenças, em um ou mais modelos estereotipados de compreensão da deficiência e da pessoa que a possui. Esses modelos são produzidos através de sistemas simbólicos, fabricados no discurso, por meio da marcação, valoração ou desprestígio das diferenças constitutivas da pessoa humana.

Componente Afetivo da Barreira Atitudinal: [...] está estritamente relacionada à cognição e corresponde ao segmento emocional presente nos obstáculos sociais, ou seja, a sentimentos instigados pela leitura que se faz da existência, das potencialidades e da presença real ou fictícia de indivíduos com deficiência.

Componente Social da Barreira Atitudinal: [...] combina as cognições e os afetos que se edificam em torno da leitura racional e emocional que a sociedade dispõe sobre as pessoas com deficiência. Esse componente de barreira social significa, pois, uma tendência, uma predisposição a ação, uma intencionalidade do comportamento ou a ação efetiva da prá-

tica discriminatória, deteriorante da efetivação dos direitos humanos e sociais por pessoas com deficiência. (SILVA, 2012, p. 15)

Todos esses componentes da barreira atitudinal estão presentes no ambiente escolar, dentro e fora da sala de aula, contribuem de forma efetiva para a existência de exclusões ou restrições em relação aos alunos deficientes e estão permeados de sentimentos discriminatórios.

A fim de combater o processo de exclusão presente no ambiente escolar, foi editado o Decreto nº 7.611, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado (AEE). Nesse Decreto, o AEE é compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado de forma complementar ou suplementar. Esse atendimento especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, além de envolver a participação da família dos estudantes, bem como ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

Na perspectiva da educação especial no tocante à educação inclusiva, a escola assume importante papel no processo de superação das práticas discriminatórias e excludentes. Dessa forma, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, preconiza que:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; (Lei nº 9.394/96, artigo 59, caput, incisos I e II)

Nesse cenário, Mantoan (2011) aponta as novas concepções levantadas pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, destacando que:

Os objetivos da educação especial na perspectiva da educação inclusiva asseguram a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para:

- Garantir o acesso de todos os alunos ao ensino regular (com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados de ensino;
- Formar professores para o atendimento educacional especializado (AEE) e demais professores para a inclusão;
- Prover acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, comunicações e informação;
- Estimular a participação da família e da comunidade;
- Promover a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas educacionais;
- Oferecer o AEE. (MANTOAN, 2011)

Sendo assim, amplia-se e assegura-se a possibilidade de inclusão efetiva de todos os alunos no ensino regular, orientando desde a formação de professores para atendimento especializado, passando pela importância da parceria a ser estabelecida pela família e pela comunidade, até as diversas possibilidades de garantia de acessibilidade.

3 METODOLOGIA

Neste estudo, a pesquisa segue a abordagem qualitativa, cujo foco está localizado nos desafios inerentes às barreiras atitudinais no contexto educacional da Educação Básica, a fim de promover a inclusão de alunos com necessidades especiais. Segundo Godoy (1995, p. 62), “os estudos denominados qualitativos têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural”.

Na abordagem qualitativa, é valorizado o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada. Para os pesquisadores que adotam a modalidade qualitativa, os fenômenos que estão sendo estudados devem ser compreendidos a partir da perspectiva dos participantes. Além disso, estes fenômenos podem ser mais bem observados e compreendidos no contexto em que ocorre e do qual ele próprio faz parte (GODOY, 1995).

Quanto ao delineamento da pesquisa, foi realizado um estudo de caso, pois se desejava proporcionar uma visão global do problema ou identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados (GIL, 2002). Além disso, o estudo de caso, segundo Gil (2002) citando Yin (2001), pode ser entendido como o delineamento mais ade-

quado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, em que os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos.

Também foi realizada uma revisão bibliográfica, a fim de levantar um breve histórico sobre a legislação referente à acessibilidade. Nesta pesquisa inicial, foram apresentados alguns conceitos relativos às barreiras atitudinais, tendo como fonte de referência principalmente a Lei nº 13.146 (Lei da pessoa com deficiência) e o Decreto nº 7.611 (Educação especial e atendimento educacional especializado), além de bibliografias específicas sobre acessibilidade e barreiras atitudinais no ambiente escolar.

Em seguida, foi desenvolvida uma pesquisa de campo, que se caracteriza por uma investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo. Pode incluir entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação participante ou não (VERGARA, 2009).

A pesquisa foi realizada em um colégio público federal da cidade de Porto Alegre, que se encontra em processo de implementação da aceitação (inclusão) de alunos com deficiência e atendimento educacional especializado. Foram realizadas entrevistas com alunos da escola, a fim de verificar os fatores relacionados às barreiras atitudinais, discutindo e analisando a compreensão e a aceitação por parte desses alunos frente à possibilidade da convivência com colegas que apresentem necessidades educacionais específicas.

3.1 Apresentação do Colégio

O colégio participante do estudo é uma instituição pública da esfera federal da Educação Básica, vinculada ao Comando do Exército, com cerca de 950 alunos. O prédio da instituição teve sua primeira parte construída ainda no final do século XIX, período em que pessoas com deficiência não ocupavam lugar nem na educação escolar nem na sociedade em geral. Portanto, trata-se de um prédio antigo, em que na época da sua construção não havia qualquer preocupação com questões relacionadas à acessibilidade arquitetônica ou de ambiente.

Esse colégio foi escolhido para a pesquisa, pois está em processo oficial de inclusão de alunos com deficiência, com data prevista para o primeiro semestre letivo de 2019, ou seja, a partir dessa data serão destinadas vagas específicas para ingresso oficial de estudantes com deficiência.

É importante destacar que, no colégio em estudo, é possível identificar alguns alunos com necessidades específicas. Isto é, provavelmente alunos com deficiência já sejam uma realidade presente no colégio e o processo de inclusão deve ser trabalhado o mais breve possível para que as barreiras atitudinais sejam eliminadas ou pelo menos minimizadas, logo na sua origem.

O presente trabalho utilizou como técnica de coleta de dados a observação direta intensiva, na modalidade da entrevista (MARCONI; LAKATOS, 2003). Lakatos e Marconi (2003, p. 195) apontam que “A

entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversa de natureza profissional”.

Em particular, neste estudo foi adotada a modalidade de entrevista “padronizada ou estruturada”, em que foi seguido um roteiro de perguntas previamente preparadas, em um grupo de pessoas selecionadas de acordo com um interesse específico. Dessa forma, foram entrevistados 10 alunos, todos da Educação Básica, dos quais 5 pertenciam ao Ensino Fundamental (EF) e 5, ao Ensino Médio (EM). Não foram ouvidos alunos do 3º ano do EM, pois estes já terão concluído o colégio em 2019, quando da inclusão de alunos com deficiência.

4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

A fim de verificar a compreensão do processo de inclusão, com ênfase no componente da dimensão das barreiras atitudinais, realizaram-se entrevistas com alunos do colégio objeto do estudo. As perguntas abaixo foram apresentadas aos entrevistados, e estes deveriam responder a partir de seus conhecimentos e compreensão sobre o assunto:

1. O que você entende por inclusão?
2. O que você entende por inclusão na escola?
3. Como você vê a aceitação das inclusões pelos alunos do Colégio?
4. Você acredita que o Colégio está preparado para realizar essa inclusão escolar?

5. Na sua opinião, quais são as principais dificuldades no processo de inclusão de alunos com deficiência no Colégio?
6. Você acha positiva a inclusão de alunos com deficiência no Colégio? Por quê?
7. O que você entende por barreiras no processo de inclusão de alunos com deficiência? E, por barreiras atitudinais?
8. Você já conviveu com alguma pessoa com deficiência, dentro ou fora da escola? Se sim, como foi essa experiência? O que você aprendeu com isso?
9. Você participou de alguma atividade de informação ou esclarecimento sobre pessoas com deficiência, processo de inclusão ou barreiras atitudinais no Colégio?

Dos 10 (dez) alunos participantes das entrevistas, cuja faixa etária variava entre 11 e 18 anos, 2 (dois) eram do sexto ano, 2 (dois) do oitavo, 2 (dois) do nono, 2 (dois) do primeiro e 2 (dois) do segundo.

Para análise das entrevistas, levou-se em consideração a ocorrência das respostas, agrupando-as segundo as suas semelhanças e incidências, além de observar a faixa etária do entrevistado, ou seja, se pertencia ao Ensino Médio ou ao Ensino Fundamental.

Devido à grande variação de idade e de série escolar entre os entrevistados, observou-se, em relação ao processo de inclusão de alunos com deficiência, que os alunos mais novos quase sempre a relacionavam ao *bullying*, ao passo que os alunos mais velhos apresentavam uma visão mais geral sobre o assunto. Naturalmente, essa distinção de interpretação, compreensão e amplitude sobre o assunto é devido à significativa

diferença etária entre os participantes e, possivelmente, à maior maturidade dos alunos de mais idade. Mas, mesmo apesar dessa importante diferença de visão sobre a inclusão escolar, todos os entrevistados aceitaram para a necessidade de integrar todos os alunos, com e sem deficiência, num único grupo.

Em relação à aceitação de alunos com deficiência, todos, mesmo os mais novos, afirmaram que há muitos colegas imaturos demais para compreender a necessidade e a importância do processo de inclusão.

Quanto às dificuldades que serão enfrentadas pelo colégio nesse processo, os mais novos apontaram principalmente questões relacionadas à estrutura física, que já se apresenta até mesmo para eles, que não possuem nenhuma deficiência específica, de forma deficitária, por considerarem um colégio muito antigo.

Já os mais velhos, além dos pontos estruturais e de arquitetura, levantaram aspectos de convivência e relacionamento entre os colegas. Falaram também sobre possíveis problemas relacionados ao preconceito em relação aos alunos com deficiência. Nesse sentido, um dos alunos afirmou que: “Nem todo mundo ia querer fazer trabalho em grupo com algum colega com deficiência”. E outro aluno entrevistado relatou que: “As pessoas têm dificuldades de aceitar um colega com deficiência. Na real, eles iam acabar ficando de canto.”

Dos 10 (dez) alunos entrevistados, 6 (seis) deles afirmaram que já haviam convivido em sala de aula com pessoas com deficiência fora do colégio e que tiveram poucas possibilidades de interação. Essa é uma

realidade muito presente em diversas situações e ambientes, em que a pessoa com deficiência está apenas inserida no contexto, sem no entanto estar incluída.

Em relação às barreiras, os alunos mais novos apresentaram respostas muito relacionadas a questões arquitetônicas e de ambiente, afirmando que há muitos locais do colégio que os alunos com deficiência não teriam acesso como, por exemplo, ao segundo piso do colégio, às salas de idiomas e ao refeitório. Por outro lado, os alunos mais velhos, principalmente os do Ensino Médio, acenaram para as barreiras de entrosamento e aceitação dos alunos com deficiência, citando como exemplo as dificuldades de querer realizar trabalhos em grupo com colegas com deficiência.

Em todas as respostas dos alunos, observa-se uma projeção na pessoa do outro de possíveis dificuldades no processo de interposição de barreiras atitudinais em relação aos alunos com deficiência, pois vários entrevistados afirmaram: “tem colega que não aceita”, “tem aluno que não ia querer conversar”, “têm pessoas que não estão maduras para receber alunos deficientes” etc. Nenhum aluno afirmou em primeira pessoa que teria dificuldades em receber algum colega com deficiência, ou seja, é sempre o outro que não quer ou tem dificuldades de interação com alunos com deficiência. Essa atitude pode ser muito positiva, se for verdadeira; ou pode estar mascarada por preconceitos existentes, que dificulta, de forma muitas vezes implícita, o reconhecimento e a quebra das barreiras atitudinais na escola.

Na escola, as barreiras atitudinais fazem-se presentes no seu cotidiano, muitas vezes de forma velada, quase imperceptível pela visão da grande maioria das pessoas, mas essas barreiras estão lá e insistem em promover a discriminação e a segregação dos alunos com deficiência. São comportamentos que ocorrem na escola em relação aos alunos com deficiência, como: a não aceitação para realizar trabalhos em grupo; evitar conviver socialmente nos momentos de intervalo; não incluir alunos com deficiência nos círculos de amizade dentro e fora da sala de aula etc. Essas atitudes atentam contra a dignidade dos alunos com deficiência, ignorando direitos e liberdades fundamentais, além de promover o desrespeito e a discriminação, impedindo a plena participação na vida e na rotina escolar.

Nesse sentido, a escola como importante espaço de formação educacional tem a nobre missão de desenvolver políticas de divulgação e conscientização sobre as reais condições e necessidades das pessoas com deficiência, fomentando o respeito pelos direitos e pela dignidade das pessoas com deficiência (BRASIL, 2015).

Na escola, dentro e fora da sala de aula, a interação entre todos deve ser constantemente trabalhada como um incentivo à convivência e à aceitação respeitosa pela diversidade, de modo a oferecer um ambiente de conhecimento mútuo e oportunidades iguais para todos os alunos.

A educação escolar deve envidar esforços para que de fato seja inclusiva, promovendo a igualdade e eliminando a discriminação. Mas, para que esse avanço efetivamente ocorra, é necessário combater as

barreiras atitudinais, a fim de garantir equiparação de oportunidades e direitos, além de promover a dignidade de todos os alunos, com e sem deficiência.

Por fim, todos os alunos entrevistados destacaram com muita ênfase que não acreditavam que o colégio estaria preparado para receber alunos com deficiência e que haviam sido oferecidas poucas oportunidades de conscientização para a inclusão e a presença das barreiras atitudinais no colégio.

5 CONCLUSÃO

Cada indivíduo é um ser único, com características próprias e dotado de facilidades e dificuldades, o que nos torna diferentes, interessantes e ao mesmo tempo especiais e com particularidades muito próprias. Essas individualidades, naturalmente, apresentam-se em todos os ambientes, a partir das necessidades de locomoção, acesso e interação, o que ocorre em vários momentos e em diversos lugares, em particular no contexto da educação escolar.

A legislação existente que trata sobre as pessoas com deficiência é fundamental como preceito legal do processo de inclusão, mas é apenas o início de uma transformação que deverá ocorrer a partir de uma tomada de consciência social dos direitos das pessoas com deficiência. Assim, apesar da inegável evolução, principalmente legal, ainda tem-se

um longo caminho a percorrer em busca de uma sociedade mais inclusiva, que trate a todos de forma igualitária, oferecendo oportunidades equivalentes aos cidadãos em geral.

Em particular no cenário do colégio objeto deste estudo, constatou-se que os alunos ainda não estão totalmente conscientes do que seja inclusão no ambiente escolar, bem como ainda não compreendem perfeitamente o que são as barreiras atitudinais. Portanto, é de fundamental importância a realização de campanhas de divulgação e conscientização dos alunos sobre esses assuntos.

O colégio deve promover oportunidades de divulgação, esclarecimentos e conscientização sobre a inclusão e os direitos das pessoas com deficiência, através da realização de palestras, atividades culturais e esportivas, ações sociais, bem como visitas a instituições que já trabalhem com alunos com deficiência.

O professor no cenário da sala de aula é, independentemente da metodologia de ensino adotada, um personagem bastante observado pelos seus alunos. Sendo assim, o docente pode, a partir de suas atitudes e comportamentos, ser um incentivador para a boa recepção, aceitação e inclusão de todos, promovendo atividades que permitam a interação entre os alunos.

Nesse sentido, cabe a todos e, no ambiente da educação escolar, especialmente ao professor, que atua diretamente junto aos alunos, a criteriosa observação atenta de situações que possam gerar barreiras atitudinais. E, quando identificadas essas barreiras, o docente deve atuar de forma imediata, com o objetivo de combater as barreiras atitu-

dinais e, ao mesmo tempo, aproveitar a oportunidade para desenvolver ações de empatia, para que todos os alunos possam experienciar situações de aproximação com os alunos com deficiência e vivenciar as suas dificuldades e necessidades.

A aproximação e o contato com a realidade das pessoas com deficiência devem ser trabalhados de forma a combater preconceitos, estereótipos e barreiras atitudinais, desenvolvendo a conscientização sobre as capacidades e as possibilidades de contribuição das pessoas com deficiência, a fim de promover a real inclusão de todos os cidadãos na sociedade.

O combate às barreiras atitudinais passa necessariamente por um processo de conscientização das reais condições das pessoas com deficiência, além da compreensão de que todos são capazes de contribuir para a sociedade e merecem ser incluídos, a fim de viverem dignamente como cidadãos, que merecem, acima de tudo, respeito e oportunidades igualitárias, pois, afinal, todos são iguais e devem ter os mesmos tratamentos e as mesmas oportunidades.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 1 jan. 2019.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 07 jan. 2019.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm>. Acesso em: 19 jan. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 07 jan. 2019.

DISABLED PEOPLES' INTERNATIONAL. **Declaração de Cave Hill**. Cave Hill, 1983.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

LIMA, Francisco José; TAVARES, Fabiana dos Santos Silva. Barreiras atitudinais: obstáculos à pessoa com deficiência na escola. In: SOUZA, Olga Solange Herval (Org.). **Itinerários da inclusão escolar: múltiplos olhares, saberes e práticas**. Canoas: Ulbra; Porto Alegre: AGE. 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Diferenciar para incluir: a educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Disponível em: <<https://diversa.org.br/artigos/diferenciar-para-incluir-a-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva>>. Acesso em: 16 fev. 2019.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos direitos das pessoas deficientes**. Nova York: ONU, 1975.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Acessibilidade total na cultura e no lazer. *In*: TAVARES, Líliliana Barros (Org.). **Notas proêmias**: acessibilidade comunicacional para produções culturais. São Paulo: Unesp, 2014. Disponível em: <<http://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/179649>>. Acesso em: 06 jan. 2019.

SILVA, F. T. S. **Educação não inclusiva**: a trajetória das barreiras atitudinais nas dissertações de educação do programa de pós-graduação em educação (PPGE/UFPE). UFPE, 2012. 595 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

VERGARA, Sylvania Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2009.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.